

BRASIL, BRASIS, OU:
A HORA E A VEZ DAS MINORIAS ÉTNICAS

POR

CRISTINA FERREIRA-PINTO BAILEY
REGINA ZILBERMAN

“O QUE TEMOS NÓS COM ESSA RAÇA?”

Em uma das declarações mais politicamente incorretas de sua existência, Machado de Assis (1839-1908) lançou a seguinte pergunta no ensaio “O passado, o presente e o futuro da literatura”: “O que temos nós com essa raça, com esses primitivos habitantes do país, se os seus costumes não são a face característica da nossa sociedade?” (Machado de Assis, “O passado” 785). A questão era exposta no bojo da discussão sobre *O Uruguai*, de Basílio da Gama (1740-1795), obra celebrizada pelos historiadores da literatura das primeiras décadas do século dezanove, tais como Ferdinand Denis, Almeida Garrett e Fernandes Pinheiro (Denis, 1823; Garrett, 1998; Pinheiro, 1862), por representar o que de mais nacional tinha, até então, alcançado a poesia brasileira.

Escreve Machado de Assis duas linhas antes da pergunta reproduzida no parágrafo anterior: “Sem trilhar a senda seguida pelos outros, Gama escreveu um poema, se não puramente nacional, ao menos nada europeu”. A seguir, explica porque considera pouco nacional a epopéia de autoria de Basílio: “Não era nacional, porque era indígena, e a poesia indígena, bárbara, a poesia do *boré* e do *tupã*, não é a poesia nacional”. Conclui, enfim, o pensamento, rejeitando a relação que “nós” podemos ter com “eles”, a raça dos “primitivos habitantes do país” (785).

Machado de Assis, nascido em 1839, publicou “O passado, o presente e o futuro da literatura”, entre 9 e 23 de abril de 1858, quando ainda não tinha vinte anos. O jovem rapaz, porém, militava na imprensa desde 1855, colaborando com Paula Brito (1809-1861) na *Marmota Fluminense* por intermédio da publicação de poemas, contos, crônicas e crítica literária. Mostrava-se, já nesse período, visivelmente insatisfeito com os rumos da literatura brasileira, e basta ler a afirmação acima para se constatar que o Indianismo não contava com sua admiração, embora essa orientação da poética nacional então andasse em alta no Rio de Janeiro, graças sobretudo a Gonçalves Dias (1823-1864) e a José de Alencar (1829-1877),

responsáveis pelo sucesso dos *Primeiros cantos*, de autoria do primeiro, obra de 1847, e de *O guarani*, do segundo, que a imprimira em folhetim e, a seguir, em livro, durante o ano de 1857.

Aos olhos e ouvidos do século vinte e um, soa mal e de modo incômodo a frase pronunciada pelo principal escritor brasileiro do século dezenove e ainda nosso principal nome literário. Talvez ela já tenha sido embaraçosa à época, pois Machado de Assis não a repete, quando torna a abordar a trajetória da literatura nacional em dois ensaios da década de 1870: a “Notícia da atual literatura brasileira”, conhecido por seu subtítulo, “Instinto de nacionalidade”, de 1873, e “A nova geração”, de 1879. Em “Instinto da nacionalidade”, ensaio inegavelmente redigido à sombra de “O passado, o presente e o futuro da literatura”, o crítico ameniza sua posição, observando ser “certo que a civilização brasileira não está ligada ao elemento indiano, nem dele recebeu influxo algum” (132), anotação que lhe permite uma conclusão de ordem poética: “isto basta para não ir buscar entre as tribos vencidas os títulos da nossa personalidade literária” (Machado de Assis, “Instinto” 132). Mesmo essa exclusão é matizada, já que concede que “tudo é matéria de poesia”, desde que “traga as condições do belo ou os elementos de que ele se compõe” (Machado de Assis, “Instinto” 132). Em “A nova geração”, por sua vez, o tema desaparece inteiramente, embora Machado não perca a oportunidade de se referir a Basílio da Gama e a Tomas Antônio Gonzaga, autores que o perseguem desde a elaboração do estudo, já citado, de 1858.

Transcorridos 150 anos desde a pergunta colocada por Machado de Assis em seu ensaio, talvez possamos dar a resposta: sim, temos a ver com essa raça, a dos “primitivos habitantes do país”. Aliás, temos também a ver com as demais raças, inclusive com aquela a que pertenceu o autor de *Dom Casmurro*, pois elas tomaram parte na construção do país, ou, nas palavras do ensaísta, na construção da “face característica da nossa sociedade”.

Vale complementar que a resposta à arguição de Machado de Assis não significa apenas a afirmação de uma tese que o escritor talvez gostasse de ver negada. Representa também a recusa de um sintagma utilizado por ele, que se refere à “face característica da nossa sociedade”, pois, com efeito, não se trata de uma, mas de distintas e plurais facetas, quando se fala da formação étnica e cultural brasileira.

Entende-se, porém, porque o escritor brasileiro aborda o tema no singular. Machado, que, tal como seus contemporâneos, nasceu, cresceu e amadureceu à época em que a jovem nação recentemente independizada de Portugal (a autonomia datava de 1822, e sua consolidação dera-se nas décadas de 1840 e 1850) procurava construir para si uma identidade e provavelmente acreditava na unidade do país. Além disso, afirmar o pluralismo naquele período seria como reabrir feridas ainda não inteiramente cicatrizadas, provocadas pelos conflitos regionais no Sul, no Nordeste

e no Norte do Brasil, conhecidos pelos apelidos que tomaram naqueles tempos, como a guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul, a Balaiada, no Maranhão, ou a Cabanagem, no Pará, para lembrar alguns deles.

O princípio da unidade nacional repercutia na literatura, garantida, já se vê, por muitas exclusões históricas, a começar pela exclusão de diferentes raças que participaram da edificação da sociedade brasileira.

Para que a pergunta capciosa de Machado de Assis pudesse receber uma resposta afirmativa foi preciso deixar passar o tempo. Talvez não devesse ser assim, se a sociedade brasileira tivesse se mostrado mais democrática e menos colonizada, seja no passado distante vivido por Machado de Assis e seus parceiros, seja mesmo em períodos relativamente recentes. Por causa dela, o autor de “Instinto da nacionalidade”, reproduzindo atitude então (e mesmo depois) assumida pela intelectualidade brasileira, refere-se aos indígenas como “raça extinta, tão diferente da raça triunfante” (“Instinto” 132), esta sendo, por consequência, a portuguesa, responsável pela ocupação do território americano e pela povoação.

Aceitar o pluralismo racial e étnico significou, portanto, dar largas passadas históricas. Primeiramente, foi necessário acolher as legiões de imigrantes que chegaram ao Brasil após a independência, formadas por: contingentes de portugueses que se deslocavam à América em busca de trabalho ou de melhores condições de exercerem suas atividades intelectuais, como ocorreu ao futuro cunhado do próprio Machado de Assis, Faustino Xavier de Novais (1820-1869), que, depois, estimulou a irmã, Carolina Xavier de Novais (1835-1904), a viajar do Porto ao Rio de Janeiro, onde encontrou seu futuro marido; grupos de alemães trazidos, ainda à época de D. Pedro I (1798-1834), pela esposa deste, Maria Leopoldina de Habsburgo (1797-1826), que, na condição de imperatriz do Brasil, deu início, nos anos 1820, ao deslocamento de populações de origem germânica ao sul do país, processo que tomou as décadas subseqüentes durante o século dezenove; grande número de italianos, transferidos sobretudo para as regiões de plantação de café, onde deveriam substituir o trabalhador de origem africana, já que a escravatura caminhava para a extinção. A esses núcleos populacionais, somaram-se, no começo do século vinte, japoneses, judeus e árabes, que foram ocupando setores diferenciados da economia – a agricultura, o comércio, a indústria – e distintas áreas da geografia nacional, espalhando-se, assim, do Sul ao Norte do país.

Depois, tornou-se imprescindível adotar sistema político que representasse efetivamente a totalidade da população residente no Brasil. Não bastou apenas passar da monarquia à república, o que ocorreu ao final do século dezenove, mas, principalmente, adotar o voto universal. Eis um processo que avançou lentamente durante o século vinte, começando pelo reconhecimento do voto feminino, em 1932, e, depois, estendendo esse direito a todos os cidadãos maiores de 16 anos,



sem qualquer restrição, conforme advoga a Constituição Brasileira, vigente desde 1988.

A revisão histórica deu-se na esteira de tais acontecimentos, como também na esteira de movimentos políticos reivindicatórios que, passada a primeira metade do século vinte, varreram o mundo ocidental, chegando na América Latina. Assim, por exemplo, o movimento feminista dos anos 1960, o movimento norte-americano pelos direitos civis e os movimentos de independência das nações africanas repercutiram no Brasil, e influenciaram a ação político-cultural de vários segmentos da sociedade brasileira. A partir desse quadro de transformações sociais e políticas, portanto, trata-se de reconhecer não apenas a diversidade étnica no Brasil de hoje, mas sua presença nas várias etapas da trajetória da vida nacional. As manifestações culturais absorveram esse novo posicionamento e trataram de expressá-lo, de que são testemunhos não apenas as expressões da literatura, do cinema e da televisão, por exemplo, mas também as pesquisas no plano das Ciências Humanas. Os estudos literários, a historiografia, a antropologia – eis algumas áreas de conhecimento que atualmente se debruçam sobre as questões étnicas quando refletem sobre a construção da identidade nacional e suas representações artísticas, culturais, políticas e ideológicas.

O que foi, à época de Machado de Assis, exclusão ou ocultamento é, em nossos tempos, matéria de discussão e reivindicação, expondo, de modo crítico e criativo, a organização múltipla da sociedade brasileira, graças à qual, inclusive, o criador de Bentinho e Capitu pôde se transformar, de descendente de escravos, em escritor livre.

NOVO DISCURSO LITERÁRIO

O ideal de uma raça única foi perseguido pelos românticos e pelos intelectuais “pós-românticos” das primeiras décadas do século vinte engajados num projeto de definição de uma identidade nacional muito própria, mas sempre à altura de uma unidade nacional que os brasileiros percebiam na pátria-avó portuguesa e nas outras nações europeias. Como afirmou David T. Haberly em sua importante obra *Three Sad Races* (1983), o intelectual brasileiro profundamente comprometido com o projeto de definição da nacionalidade, mantinha ainda seu olhar virado para a Europa, “toward Portugal and the racial and cultural unity Portugal represents” (50). A miscigenação e a imagem do brasileiro como resultado da união das três matrizes raciais – a portuguesa, a índia e a negra – pareciam responder a esse ideal de unidade, servindo tanto “as the explanation for Brazil’s racial and cultural diversity” como “as a metaphor for the formation of a distinctive national civilization” (Haberly 168).



Entretanto, a mestiçagem, ou o *melting pot* brasileiro, revela-se tão problemática como a ideologia da democracia racial propagada a partir da obra-mestre de Gilberto Freyre, *Casa-grande e senzala*, de 1933, pois, como já foi apontado por vários críticos, ambas atuam como mecanismos ideológicos ao serviço da hegemonia de um grupo, permitindo a exclusão, o borramento ou a assimilação dos outros. Uma vez examinada criticamente, a idéia de mestiçagem, justaposta à da democracia racial, apresenta-se como uma máscara de cordialidade a esconder o perfil multicultural da sociedade brasileira, perfil complexo e marcado por tensões e conflitos.

Nas últimas décadas do século vinte, a sociedade brasileira, segundo a análise correta de Edimilson de Almeida Pereira e Stephen F. White, procura afirmar e dar expressão a suas múltiplas imagens, discutindo “how multicultural or multiracial aspects can contribute to the formation of an identity based on the coexistence of several racial groups” (Pereira e White 123-24). Desse modo, o conceito de um *mosaico étnico* apresenta-se como mais adequado para representar o perfil identitário multicultural da nação brasileira, enquanto que a idéia de mestiçagem terá de ser revisada para deixar de ser sinônimo do ocultamento de uns e hegemonia de outros.

O mosaico brasileiro começa a formar-se com maior nitidez a partir da segunda metade do século dezenove na esteira da onda migratória iniciada por alemães e italianos, a que se seguiram os japoneses e os judeus do centro da Europa, aportados em Santos nas primeiras décadas do século vinte. Europeus e asiáticos vinham somar-se aos povos que fizeram parte da história colonial brasileira e americana: indígenas, cuja população diminui consideravelmente ao longo dos séculos, e negros, trazidos de África para o trabalho escravo nas lavouras, na mineração e na extração de matérias-primas, além, claro, dos colonizadores portugueses.

Foram os europeus desembarcados na leva do século dezenove que motivaram um novo filão literário, explorado a partir dos anos 1930, como mostra, por exemplo, a ficção de Erico Verissimo (1905-1975), onde se encontram representantes dos diferentes povoadores do território dominado pela metrópole portuguesa. Italianos, alemães e judeus já comparecem na ficção produzida pelo escritor sulino naquela década; quando, em 1949, Verissimo publica *O Continente*, primeiro volume da trilogia *O tempo e o vento*, negros e indígenas aparecem na linha de frente da formação racial sulina, metonímia da formação racial brasileira.

Outros romancistas da mesma geração, que consolidaram o chamado romance de 30, avançaram significativamente no processo de representação do leque étnico brasileiro. Jorge Amado (1912-2001), por exemplo, compôs um panorama diversificado, de que seu romance *Gabriela, cravo e canela*, de 1958, protagonizado pela mulata do título, coadjuvada pelo árabe Nacib, é testemunha. É, contudo, nas últimas décadas do século vinte que uma mudança se faz notar na trajetória da

literatura brasileira, condizente com o processo político e ideológico, citado antes, de democratização mais ampla da sociedade nacional: em obras produzidas nesse período, o que se percebe não é apenas a presença de personagens marcadas por sua pertença a determinado grupo migratório ou a uma dada etnia; é que a literatura contemporânea se define pelas questões geradas por essa pertença.

Por conseqüência, o que parecia pacífico tornou-se problemático, fazendo com que a literatura – e demais expressões artísticas da cultura, como o cinema ou o teatro – tenha de buscar outra linguagem para dar conta da questão que se apresenta. É muito diferente colocar uma personagem de origem judaica ou moura em uma obra ou deixá-la manifestar-se autonomamente. O resultado é um discurso que não se caracteriza apenas pela novidade, mas também por sua natureza freqüentemente contestadora e revolucionária.

Os ensaios aqui reunidos debruçam-se sobre as vozes dos vários grupos étnicos que se fazem ouvir na literatura brasileira. Essa diversidade de vozes não só responde à pergunta de Machado de Assis que abriu esta introdução, mas responde também à questão, O que é ser brasileiro? Como se define esse povo e a que tipo de preocupações e aspirações dá expressão em sua obra criativa? Estes ensaios, abarcando os gêneros narrativo – narrativa literária e cinematográfica – poético e ensaístico, dão conta de que existem múltiplas versões da nacionalidade, versões essas muitas vezes contraditórias ou mesmo conflitivas, o que reflete uma sociedade multicultural e atuante, em contínuo processo de transformação.

Abre a primeira parte deste volume o ensaio de Regina Félix sobre *Brava gente brasileira* (2000), filme de Lúcia Murat sobre os índios Guaikuru que problematiza a historiografia europeizante no que diz respeito à participação dos indígenas brasileiros no processo de formação da nação. Félix detém-se não só na experiência dos renomados guerreiros em um momento fundacional da terra brasileira, como justapõe essa experiência eminentemente masculina à experiência e à contribuição da mulher indígena, destacando e contrapondo vários planos discursivos. Dessa forma, Félix aponta para aquela “zona de contato” (termo de Mary Louise Pratt) mais fundamental – entre homem e mulher – que o filme de Murat privilegia ao reescrever a história da fundação.

Outra “zona de contato” é objeto de estudo no ensaio de Silvana Seabra sobre *Caminhos e fronteiras* (1957) de Sérgio Buarque de Holanda. O livro, ensaio de caráter etnográfico sobre a expansão paulista em direção ao oeste brasileiro, expressa ainda o projeto identitário modernista que caracterizou a obra anterior de Buarque de Holanda. O estudo de Seabra apresenta vários pontos de interesse. Além de analisar *Caminhos e fronteiras* como obra literária, Seabra salienta também a idéia da nação que o autor inscreve, ou seja, a identidade nacional como o somatório de suas partes regionais, elemento que, aliás, situa esse livro na esteira do Modernismo de Mário

de Andrade ilustrado em *Macunaíma* (1928). Essa zona de contato que Buarque de Holanda esmiúça revela-se, segundo Seabra, uma “zona babélica” onde interagem e se chocam elementos culturais, regionais e temporais vários. Como recorte do que foi o processo de colonização de todo o país, aí se presencia também – e assim anota Buarque de Holanda – o contágio cultural e lingüístico, a “mistura sutil e complexa”, como caracterizou Silviano Santiago, que permitiria “uma espécie de infiltração progressiva efetuada pelo pensamento selvagem, ou seja, abertura do único caminho possível que poderia levar à descolonização” (Santiago 15).

Esse lento processo de descolonização tem lugar ainda hoje, e os ensaios deste volume são dele testemunhas. Cabe, entretanto, demarcar cada estágio seu, como o faz Regina Zilberman ao discorrer sobre a imagem dos judeus ao longo da literatura brasileira. Zilberman examina as representações dos judeus na literatura brasileira a partir de duas grandes vertentes que ela identifica na literatura ocidental: uma com origens bíblicas, na figura de Moisés, e outra com origens na Idade Média, tendo no judeu usurário sua figura emblemática. Após examinar essas duas vertentes nas obras dos românticos Gonçalves de Magalhães, Castro Alves e José de Alencar, a ensaísta examina o romance de Moacyr Scliar, *Os vendilhões do templo* (2006), como uma obra revisionista que resgata a figura do judeu ao relacionar o episódio bíblico da entrada de Jesus no templo à história colonial brasileira e ao momento atual que vive a nação.

A participação do judeu na formação da cultura brasileira é revista também por Patricia Nuriel. De novo um romance de Scliar aparece como objeto de análise, desta vez *O ciclo das águas*, de 1977. A partir do ensaio de Nuriel pode-se comprovar uma constante que orienta vários dos ensaios aqui reunidos: não só a revisão histórica e a reinscrição de vários protagonistas antes ocultos ou minimizados devido à sua identidade étnica, mas também o destaque dado às figuras femininas e à sua contribuição ao processo de formação da nacionalidade. Aqui Nuriel examina a história da protagonista de Scliar, Esther Markowitz, e a contextualiza dentro do quadro histórico do tráfico de prostitutas judias que se estabeleceu entre a Europa e o Brasil e a Argentina a finais do século dezenove e princípios do vinte. Ressalte-se, além disso, a história de Marcos, filho de Esther, pertencente a uma primeira geração de judeus brasileiros. Se Marcos representa, como afirma Nuriel, uma etapa mais avançada num processo de aculturação (borramento? ocultamento da herança não-católica portuguesa?), ele ilustra também a problemática da língua, a língua portuguesa que ele, ao contrário da sua mãe, domina, mas que já vem, queira-se ou não, “contaminada”. Marcos encarna assim o novo, a nova nação, um processo social que, segundo Scliar – e ao contrário do que parece sugerir o título de seu romance – deixa de ser cíclico para abrir-se às infinitas possibilidades de transformação.

Parafrazeando Bernardo Soares, um dos heterônimos de Fernando Pessoa, Caetano Veloso afirma: “Minha pátria é minha língua”. Essa língua, o português brasileiro, “roça” (Veloso, “Língua”) a língua de Camões mas, como comprova a canção, é muito mais rica porque contaminada, híbrida, incorpora elementos e palavras de outras culturas e línguas. Pablo Gasparini examina a contaminação lingüística empregada como estratégia literária e que é também instrumento identitário. O autor examina primeiramente a autobiografia de Vilém Flusser, imigrante checo que chega ao Brasil em 1940. O exame da obra de Flusser e de sua teoria e prática da tradução permite um acercamento instigante à situação do imigrante e a uma questão que torna-se um tropo recorrente na literatura pós-moderna: o deslocamento geográfico e cultural e seu impacto sobre um sentido de identidade do sujeito. Essa acaba constituindo-se como uma identidade *em movimento* ou *fronteira*.

Essa identidade fronteiriça expressa-se também nas obras de dois outros escritores: Alexandre Ribeiro Marcondes Machado, conhecido por seu pseudônimo Juó Bananère, e Wilson Bueno. Em todos verifica-se o que Gasparini chama de “desbordamento” de uma língua a outra – seja o checo ou alemão e o português em Flusser; o português paulistano marcado pelo italiano em Bananère; ou o “portunhol” em Wilson Bueno – o que resulta em uma língua “de entremedio”, expressiva da identidade fronteiriça ou em movimento do sujeito.

Se essa identidade “em movimento” ou “em deslocamento” vai ser característica do sujeito pós-moderno, ela é realidade já durante o processo de colonização, quando elementos de várias culturas e etnias vêm encontrar-se no Novo Mundo. O ensaio de Antonio R. Esteves e María Antonia Zandanel enfoca esse sujeito em quatro romances históricos – exemplos de metaficção historiográfica, para usar o termo de Linda Hutcheon – de autores vários, publicados na última década do século vinte. Três desses romances enfocam o período colonial, enquanto que o último, *Videiras de cristal* (1991), do gaúcho Luiz Antonio de Assis Brasil, trata de um episódio ocorrido a finais do século dezenove e conhecido como a “Guerra dos Muckers”, movimento messiânico suprimido de maneira violenta pelo governo federal, à maneira do que ocorreu em Canudos. Na análise de Esteves e Zandanel sobressai a importância que as personagens femininas adquirem nesses romances, o que revela uma preferência revisionista que, característica da narrativa pós-moderna, tem a dever aos estudos literários de cunho feminista, já que essas obras privilegiam uma revisão histórica a partir de uma perspectiva “da cozinha”, a contrapelo da visão historiográfica épica da formação da nacionalidade.

Susan C. Quinlan, em ensaio de fôlego, analisa outro romance histórico pós-moderno, *A república dos sonhos* (1984) de Nélide Piñon, obra que também privilegia a experiência feminina ao contar a experiência do imigrante. Piñon propõe

uma revisão feminista da história e uma nova forma de entendermos a formação da nacionalidade, a partir da experiência de sujeitos duplamente marginais, como imigrantes e como mulheres dentro de espaços dominados pelo patriarcalismo: a nação e a família.

Apesar de o enfoque de *A república dos sonhos* recair principalmente sobre a experiência dos imigrantes galegos, o romance oferece também uma visão da experiência da mulher negra de uma classe menos privilegiada e sua situação dentro da família patriarcal branca. Entretanto, a experiência dos afro-brasileiros, contada por eles mesmos, vai ser amplamente discutida por Lizbeth Souza-Fuertes a partir da atuação literária dos membros do Quilombhoje. Souza-Fuertes analisa poemas e ensaios de vários nomes ligados aos *Cadernos negros*, detendo-se sobretudo na obra de Cuti, uma das vozes mais importantes e influentes da literatura afro-brasileira contemporânea. Em sua poesia, assim como em entrevistas, depoimentos e outros escritos, Cuti levanta questões prementes quanto à situação do sujeito negro na sociedade brasileira, entre elas o problema do racismo, a mestiçagem e a ideologia do branqueamento. Embora ressaltando a obra de Cuti, Souza-Fuertes apresenta um quadro bastante completo dos escritores que participaram dos *Cadernos negros* desde os seus primórdios, não esquecendo tampouco do papel fundamental de alguns pioneiros da literatura negra brasileira, como Cruz e Souza, Lino Guedes e Solano Trindade. Se a literatura afro-brasileira, como afirma Souza-Fuertes, tem como objetivo reescrever a história para nela afirmar a participação do negro, por tanto tempo escamoteada pela historiografia oficial, ela alcança revisar também a questão do que é ser brasileiro.

Perspectivas diversas sobre o que é ser brasileiro e como se define a identidade nacional aparecem nos ensaios que se seguem. Lidia Santos trata do que poderíamos chamar, juntamente com Silviano Santiago, o “cosmopolitismo do pobre”,¹ um cosmopolitismo “por necessidade”, nas palavras da autora. Examinando o romance *Relato de um certo Oriente* (1996) de Milton Hatoum, paralelamente aos textos de seringueiros, especificamente Chico Mendes e Zeca Tiago, Santos acerca-se à questão da nacionalidade a partir do regionalismo amazônico e da identidade dos chamados “povos da floresta”, chamando atenção para a dimensão internacional e cosmopolita que alcança o trabalho dos dois ativistas políticos. Esse cosmopolitismo encontra-se presente no romance de Hatoum, cuja ficção tem focado a população de ascendência libanesa no estado do Amazonas. O tratamento contrastivo dos gêneros da literatura testemunhal (Mendes e Tiago) e da romanesca (Hatoum) propõe uma “reinvenção” do regionalismo brasileiro, enquanto destaca, por um lado, problemas éticos e políticos atuais e, por outro, a inserção de etnias várias na composição

¹ Faz-se referência aqui, obviamente, ao ensaio de Santiago, “O cosmopolitismo do pobre” (*O cosmopolitismo do pobre*, de Silviano Santiago, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, 45-63).

identitária da nação. Tanto os textos de Mendes e Tiago como o romance de Hatoum constroem um retrato da Amazônia caracterizado por contrastes e conflitos – de etnias, de idiomas e registros lingüísticos, como também de classe social.

Em seu estudo sobre *O sol se põe em São Paulo* (2007) de Bernardo Carvalho, Sandra Sousa retoma a problemática de identidades fronteiriças ou “em deslocamento”, como ela as chama. Desta vez, enfoca-se a problemática do brasileiro de ascendência japonesa que vive uma situação conflitiva no “entre-lugar” das culturas japonesa e brasileira, um brasileiro cujos traços orientais o caracterizam como japonês mas que encontra no português brasileiro sua pátria. Dividido entre as duas culturas nas quais se criou, o protagonista do romance de Carvalho vive a experiência do *não pertencimento*, tanto em sua própria terra – o Brasil – como no Japão, para onde se desloca temporariamente. Trabalhando com o jogo de máscaras e de nomes que já havia explorado em livros anteriores, Carvalho apresenta a situação das primeiras gerações de imigrantes japoneses no Brasil e a sua contrapartida: a experiência dos nipo-brasileiros no Japão. Santos explora principalmente o jogo dos nomes, para verificar até que ponto um nome está relacionado ao estabelecimento de uma identidade pelo sujeito e como o autor problematiza a identidade nacional a partir da experiência de seu protagonista.

O último ensaio do volume, de Cristina Ferreira-Pinto Bailey, remete-nos de volta ao primeiro, ao examinar a obra de Eliane Potiguara, escritora e ativista política que tem trabalhado em prol dos direitos dos povos indígenas brasileiros. Ao apresentar uma outra perspectiva sobre a experiência dos primeiros povos que habitaram a nação brasileira, este ensaio dialoga não só com o de Félix, que abriu o volume, como também com outros estudos aqui reunidos, pois retoma pontos importantes levantados anteriormente, destacando-se entre eles: a experiência da mulher pertencente a um grupo étnico minoritário; a problemática do deslocamento do sujeito; e a revisão da história, com o objetivo de afirmar a participação de um sujeito que – se não foi completamente excluído – teve sua participação na formação da nacionalidade frequentemente minimizada e infantilizada.

A pergunta inicial de Machado de Assis, “O que temos nós com essa raça?” reescreve-se na questão que orienta cada um destes ensaios: “O que é ser brasileiro?”. Ou seja, como definirmos a nação se esta, na realidade, apresenta-se heterogênea e pluricultural, formada pelo encontro de sujeitos de etnias diversas, que, embora constituindo uma entidade única que compartilha uma língua comum, são marcados, como é de se esperar, por influências várias e fortes. Existem várias maneiras de ser brasileiro, e os ensaios deste volume oferecem apenas um pequeno panorama de como a literatura brasileira tem respondido essa questão. As entrevistas e depoimento de três autores brasileiros contemporâneos, ficcionistas e poetas, Daniel Munduruku, Moacyr Scliar e Jussara Santos, complementam a parte de

ensaios críticos, oferecendo perspectivas atuais, não só sobre a questão específica da nacionalidade, como também sobre problemas como o racismo, a discriminação de gênero e a *diferença* que, ainda hoje, continuam influenciando a maneira como nós brasileiros nos definimos.

OBRAS CITADAS

- Denis, Ferdinand. *Resumo de história literária do Brasil*. Guilhermino César, trad. Porto Alegre: Lima, 1968.
- Garrett, Almeida. “Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa”. *O berço do cânone*. Regina Zilberman e Maria Eunice Moreira, orgs. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998. 29-73.
- Haberly, David T. *Three Sad Races. Racial Identity and National Consciousness in Brazilian Literature*. Cambridge: Cambridge UP, 1983.
- Machado de Assis, Joaquim Maria. “Instinto de nacionalidade”. *Crítica Literária*. São Paulo: Mérito, 1959. 129-49.
- . “A nova geração”. *Crítica literária*. São Paulo: Mérito, 1959. 180-244.
- . “O passado, o presente e o futuro da literatura”. *Obra completa*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Aguilar, 1958. 785-89.
- Pereira, Edimilson de Almeida, e Stephen F. White. “Brazil: Interactions and Conflicts in a Multicultural Society”. *Global Multiculturalism: Comparative Perspectives on Ethnicity, Race, and Nation*. Grant H. Cornwell e Eve Walsh Stoddard, eds. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2001. 123-41.
- Pinheiro, Joaquim Caetano Fernandes. *Curso elementar de literatura nacional*. Rio de Janeiro: Garnier, 1862.
- Santiago, Silviano. “O entre-lugar do discurso latino-americano”. *Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. 9-26.
- Veloso, Caetano. “Língua”. *Velô*. Polygram, 1984. CD.



